

Ata da 235ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 10 a 13 de dezembro de 2020, Gestão 2020-2023 –
Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.

1 Nos dias dez a treze de dezembro de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de
2 videoconferência (Plataforma *Teams*), as conselheiras constantes da lista de presença em
3 termo próprio, para participarem da 235ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, conforme
4 convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 52/20, de 25 de novembro de 2021.
5 Estiveram presentes em todos os dias e horários à reunião as(o) seguintes conselheiras(o):
6 Maria Elizabeth Santana Borges (Conselheira presidente); Maria Rocha (Conselheira vice-
7 presidente); Dácia Teles (Conselheira 1ª secretária); Daniela Möller (Conselheira 2ª
8 secretária); Kelly Melatti (Conselheira 1ª tesoureira); Francieli Borsato (Conselheira 2ª
9 tesoureira); Priscilla Cordeiro (Membra do Conselho Fiscal); Mauricléia Soares dos Santos
10 (Conselheira 3ª Suplente); Dilma Franclin (Conselheira 5ª Suplente); Emilly Tenório
11 (Conselheira 6ª Suplente); Ruth Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); Eunice Damasceno
12 (Conselheira 8ª Suplente); e Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª Suplente). Registra-se que
13 houve participação no pleno com ausências por distintos motivos, conforme seguem as datas
14 de cada uma das/o conselheiras/o: Lylia Rojas (Membra do Conselho Fiscal) nos dias
15 11(sexta) e 12 (sábado); Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente) e Carla Pereira (Conselheira
16 2ª Suplente) no dia 10 (quinta); Agnaldo Knevez (Conselheiro 4º; Suplente) nos dias 10
17 (quinta) e 12 (sábado); e Alessandra Dias (Membra do Conselho Fiscal) no dia 13 (domingo).
18 Também participaram as assessorias especiais Cristina Abreu e Zenite Boga; assessorias
19 jurídicas Érika Medeiros, Sylvia Terra e Vitor Alencar, o assessor de comunicação Rafael
20 Werkema e a trabalhadora Sandra Sempé. No dia doze de fevereiro, com início previsto para
21 às dezoito horas, o Pleno foi iniciado às dezoito horas e quarenta e nove minutos (18h49min),
22 os trabalhos foram abertos pela Presidenta que, após as saudações iniciais, ponderou com o
23 grupo que para garantir o quórum do Pleno, que o horário de início da reunião das quintas-
24 feiras seja alterado para 19h, estendendo, se necessário, a hora de finalizar. Dando
25 continuidade fez a leitura da pauta que foi aprovada com alterações realizadas pelo Colegiado.
26 O primeiro ponto da pauta foram os informes: i. Participação II Colóquio Internacional da
27 Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em que o Cfess foi representado pela presidenta
28 Beth, que falou acerca da importância do Cfess na definição do Serviço Social Brasileiro,
29 numa perspectiva crítica; ii. Assembleia da Abepss: contou com a participação da Beth,

30 Eunice, Alessandra, Ruth (observadora) e Elaine (observadora). O evento foi *online* e contou
31 com a participação de 326 pessoas, com representação de várias unidades de ensino através de
32 delegados(as). As deliberações refletiram a articulação entre Abpess e Cfess, principalmente,
33 no item das relações internacionais que terá repercussão no Comitê Internacional; iii. Comitê
34 Internacional: reunião realizada, no dia 25 de novembro, com a Tânia Diniz, cujo objetivo foi
35 preparar o encontro que será realizado com os/as convidados/os que comporão o Comitê
36 Internacional, no dia 17/12, onde será discutido um calendário das atividades para o ano de
37 2021; iv. Nova gestão do Fórum de Formação e Trabalho: a primeira reunião de transição foi
38 realizada no dia 01/12 com as presenças de Maria (contribuiu com a discussão de formação e
39 trabalho) e Eunice (será a pessoa de referência no Fórum), as duas acompanharão as
40 atividades do Fórum; v. Luta das residências: foram faladas sobre algumas atividades do
41 Conselho Nacional de Saúde (CNS), que terá uma mesa sobre as residências
42 multiprofissionais, no dia 11/12 pela manhã; vi. Convites: a) Enviado pelo Departamento de
43 Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) convite em comemoração aos
44 80 anos do Serviço Social em PE, 11/12/2020, às 14h, que em que pese a importância, o Cfess
45 responderá quanto a incompatibilidade de agenda, pois o conselho pleno coincidiu com o
46 evento; b) O Cfess recebeu convite do SEU JORNAL, telejornal da TVT-TV dos
47 Trabalhadores de São Paulo (www.tvt.org.br), convidou para entrevistar um representante do
48 Cfess para falar sobre nota que publicou contra os novos ataques à política de Saúde Mental
49 na segunda-feira, dia 14, às 11 horas, por *skype* ou *zoom*. **Encaminhamento:** a representação
50 do Cfess pela Elaine Pelaez (responsável por responder aos convites: Sandra). Findo os
51 informes foi realizada a análise de conjuntura considerando os resultados eleitorais e
52 repercussões no âmbito do Conjunto Cfess Cress com amplo debate e a identificação de que
53 se faz necessário atuar junto aos Regionais com o propósito de garantir a defesa do Serviço
54 Social Brasileiro. A reunião foi finalizada às vinte horas e quarenta e seis minutos
55 (20h46min). No dia 11/12, a reunião foi iniciada às quatorze horas e dez minutos (14h10min),
56 com a apresentação do Plano Orçamentário 2021 pelo assessor contábil, Vilmar, que ressaltou
57 que o Cfess possui uma única fonte de receita que é proveniente das anuidades, taxa e
58 emolumentos, dado o contexto, avalia um orçamento menor que o do exercício de 2020, no
59 entanto, as ações foram planejadas como projetos que atendem as áreas finalísticas desta
60 autarquia. Para isso, a proposta orçamentária do Cfess relativo ao exercício de 2021, foi
61 apresentada no seguinte formato: **a.** Demonstrativo Analítico da Receita e Despesa; e **b.**
62 Demonstrativo da Despesa por Centro de Custos. Foram discutidos os projetos de

63 complementação orçamentária como a LGPD e adequação de Segurança do Trabalho, que
64 podem utilizar recursos do valor do superávit. Após discussões e análises, a proposta
65 orçamentária de receita e despesa para 2021 com os ajustes sugeridos foi aprovada pelo
66 Conselho Pleno. Em continuidade foi visto pelo coletivo que se faz necessária a composição
67 de um grupo de trabalho (GT) para elaborar a parte descritiva do Plano de Metas 2021, pois o
68 documento deve conter uma apresentação, roteiro e explicações políticas, ou seja, não deve
69 ser apresentado apenas como uma peça técnica orçamentária. Foi aprovado pelo Conselho
70 Pleno a seguinte composição do GT: Lylia, Maria, Carla e Zenite. Outro ponto discutido se
71 refere a orientação do relatório integrado de gestão 2020, inclusive a composição do grupo
72 para sistematizar o documento, cujo prazo é 31 de março de 2021 para a postagem no Portal
73 Transparência, no site do Cfess, com atendimento aos pontos solicitados e dispostos na
74 Decisão Normativa TCU n.º187/2020. Foi explicado que neste documento devem constar as
75 ações de 2020 e de janeiro a março de 2021, os próximos deverão ser elaborados
76 mensalmente e o balancete terá que ficar pronto até o dia 5 de cada mês para cumprir às novas
77 exigências do TCU. Ou seja, o balancete terá que ser imediatamente publicizado e deve estar
78 aprovado pelo Conselho Pleno. Dadas a informações necessárias, foi aprovada a composição
79 do Grupo pelo Conselho Pleno: Kelly, Franciele, Emilly, Vilmar, Cristina e também o grupo
80 para elaboração de prestação de contas: Maria, Franciele, Vilmar. Neste processo de discussão
81 também foram recuperadas questões abordadas em plenos anteriores pela Diretoria Executiva
82 quanto a assuntos que o Cfess tem sido demandado e que cabem aprofundamentos no atual
83 contexto como: relação com os sindicatos, questões da educação, comunicação como direito
84 humano, as relações internacionais na América Latina, Serviço Social Clínico Terapêutico (as
85 demandas ao Cfess começaram a surgir a partir da década de 90, consultas sobre esse
86 assunto); alienação Parental, questão da saúde, questão urbana, questão agrária, dentre outros.
87 Assim, foi avaliado e encaminhado que há materiais internos no Cfess que devem ser
88 recuperados e organizados de modo a subsidiar posicionamentos e produções textuais.
89 **Encaminhamento:** i. Resgatar os vários materiais/documentos já elaborados pelo Cfess e
90 seus posicionamentos, como por exemplo, do Serviço Social Clínico; ii. Compartilhar o
91 material produzido por profissionais sobre o tema alienação Parental (responsável: Cristina).
92 Findo esse ponto, foi passada a fala para a **COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO**, que
93 apresentou para o colegiado a proposta de texto para a mensagem de final de ano, que foi lida
94 e aprovada pelo Pleno com algumas sugestões de adequações. Na sequência, também foi lido

95 o texto formulado para ser a apresentação da agenda assistente social 2021, em que foi
96 ressaltado pelas conselheiras a importância do projeto “ética em movimento” e a emoção de
97 ter a agenda 2021 com este o tema. Foram sugeridas algumas alterações no texto que serão
98 incluídas posteriormente pela Comissão de Comunicação, mas como não alteram o teor, o
99 Pleno aprovou o texto elaborado. Sendo este o último ponto debatido no dia. Na manhã do
100 sábado, 12/12, o Pleno foi iniciado às nove horas (9h), com pontos relativos a DIRETORIA
101 EXECUTIVA. A conselheira Beth informou o resultado das atividades realizadas pelo GT
102 Trabalho, integrante da comissão administrativo financeiro, formada pelas conselheiras Beth,
103 Dácia, Mauricléia e trabalhadores/a Diogo, Lucas e Sandra, cujas ações foram organizadas em
104 duas frentes: i. Pensar a lógica do trabalho administrativo, para isso, o GT elaborou um
105 questionário para levantamento de ações por área e conversou com todos os trabalhadores. As
106 informações colhidas foram sistematizadas por Sandra, Diogo e Lucas, e possibilitou fazer um
107 diagnóstico que subsidiou a formulação de uma proposta de rojetop para 2021 com vistas ao
108 aprimoramento da gestão administrativa do Cfess também inserido na proposta orçamentária;
109 ii. Identificar principais dificuldades para organizar as próprias relações de trabalho,
110 sobretudo diante da ausência da área de recursos humanos de trabalho (como férias e folgas),
111 que hoje perpassa por vários setores, mas que demonstra a importância de criar procedimentos
112 formais e de redesenho da estrutura organizacional da entidade. A proposta é trabalhar com o
113 desenho de unidades administrativas, conforme dispostas na legislação do Cfess, mas cuja
114 efetivação será um debate construído coletivamente. Ao final da apresentação foi informado
115 que feita essa entrega o GT será desfeito e que cabe instituir uma comissão permanente de
116 trabalho (CPT) para a discussão das relações de trabalho e demais proposições. Outro ponto
117 discutido foi relativo ao voto *online*, sendo informado que a Comissão Permanente de
118 Licitação (CPL) está em andamento com o processo de contratação de empresa, mas até o
119 momento está sendo aguardada a resposta da empresa de auditoria para definir a contratação.
120 Foi apresentado ainda o Cronograma simplificado de processo licitatório, prazos estabelecidos
121 que foi aprovado pelo Pleno. **Encaminhamento:** Publicação do edital de eleição em janeiro
122 de 2021 (Comissão Eleitoral). Agenda de planejamento de férias, ACT e calendário 2021 que
123 foi apresentado por Sandra Sampé: i. o planejamento de férias dos trabalhadores do Cfess para
124 conhecimento das/o conselheiras/o e informado que quando houver alterações este será
125 atualizado e reencaminhado para conselheiras/o (responsável: Sandra); ii. Recesso de final de
126 ano: apresentada proposta de recesso final de ano dos trabalhadores/as: 1º Período- 21 a
127 25/12/2020 – Cristina, Rafael, Rodrigo, Antônio, Gleyton, Vitinho, Andrey, Graça; e 2º

128 Período - 28/12/2020 a 1º/01/2021 – Zenite, Adriane, Diogo, Wilson, Italo, Maurício, Sandra,
129 Lucas, Ester, Jarbas (Wesley está em férias em todo mês de dezembro/2020). Essa
130 proposição foi aprovada pelo Pleno; iii. Concessão de ponto facultativo as/os trabalhadores:
131 apresentada minuta de portaria, que concede ponto facultativo aos/às trabalhadores/as do
132 Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) nos dias “pontes” a feriados do exercício de 2021:
133 15 de fevereiro (segunda-feira); 17 de fevereiro (quarta-feira); 01 de abril (quinta-feira); 04 de
134 junho (sexta-feira); 11 de outubro (segunda-feira); 01 novembro (segunda-feira); 24 de
135 dezembro (sexta-feira) e 31 de dezembro (sexta-feira). O Pleno aprovou a proposta.
136 **Encaminhamento:** elaborar portaria e dar conhecimento aos Regionais (responsável:
137 Sandra). Na sequência, foi discutida a pauta sugerida para a reunião com trabalhadores, dia
138 14/12, às 14h: informes sobre atividades do GT trabalho, Planejamento de ações do Cfess;
139 plano de retorno com segurança ao trabalho presencial; informe sobre abono previsto no
140 acordo coletivo; avaliação da gestão pontos para melhoria; sarau virtual. O colegiado aprovou
141 a proposta. Na sequência foi apresentada a proposta para adequação do Cfess à Lei Geral de
142 Proteção de Dados (LGPD), em que a conselheira Dácia recuperou o debate realizado no
143 pleno anterior, onde foi deliberado que que nos meses de janeiro e fevereiro o GT mapeará a
144 estrutura e a partir disso elaborará um Termo de Referência (TR). Assim, na próxima semana
145 haverá uma conversa com os trabalhadores indicados para compor o GT de modo a iniciar o
146 diálogo para identificar dentre os trabalhadores do GT quem poderia assumir a posição de
147 encarregado, que é uma atuação prevista na LGPD. Aprovadas as proposições pelo Pleno.
148 **Encaminhamento:** i. Formalizar aos Cress por meio de ofício sobre a vigência da LGPD; ii.
149 O GT levantará informações para subsidiar a TR e submeter a apreciação do pleno em 2021.
150 Sistematização dos convites ao Cfess em 2020: foi apresentado por Sandra com apoio da
151 trabalhadora Ester, um levantamento dos convites feitos ao Cfess nos últimos meses, o quadro
152 permite a visualização dos espaços em que o Cfess tem incidido por meio de participações em
153 eventos externos. O Pleno avaliou que essa sistematização de convites permite entender por
154 onde passamos, mas ainda falta definir melhor os fluxos, os critérios de como atender e o que
155 atender, e a socialização das discussões e das falas de representação. Foi ratificada a
156 importância de que todos os convites devem ser enviados para o *email* do Cfess, com
157 antecedência para a definição de participação. **Encaminhamento:** acompanhamento inicial
158 dos convites para definir um procedimento que atenda melhor a dinâmica do Cfess
159 (responsáveis: Sandra e Dácia). Foi apresentada por Kelly a proposta de um “Plano de Apoio

160 Financeiro aos Cress – 2020”, essa proposição atendia ao que foi aprovado no Pleno de
161 Novembro/2020 o aporte de R\$1.000.000,00 destinado aos Regionais que necessitarem de
162 apoio financeiro para fechamento das contas de 2020. Com isso, foi enviado ofício circular nº
163 181/2020, em 30/11/2020, para todos os regionais e houve retorno de 06 (seis) Cress até o dia
164 11/12/2020. Das respostas recebidas, os Cress 9ª Região (SP) e Cress 25ª Região (TO)
165 agradeceram e parabenizaram a iniciativa do Cfess, mas informaram não precisar do aporte
166 financeiro oferecido. Foi solicitado um total de R\$ 387.940,12. Após debates e considerações
167 do Pleno e os argumentos de que o repasse mesmo com pendência de certidões é defensável
168 do ponto de vista jurídico considerando que a finalidade do recurso se destina ao pagamento
169 de trabalhadores. Não se configura como uma medida irresponsável, é uma medida político
170 jurídico, pode ser assumida e tem todos os fundamentos jurídicos. Aprovado o repasse
171 financeiro para apoio aos Cress GO, PE e AP, mesmo com pendências na apresentação de
172 certidões, considerando a excepcionalidade do momento e a natureza das despesas (salários de
173 funcionário, em sua maioria). Deliberado por acompanhar os Cress PE e AP com respectivas
174 orientações e monitoramento da regularização fiscal. Deliberado por reforçar a importância de
175 garantir a prestação de contas em janeiro de 2020. Prazo: IMEDIATO. **Encaminhamento:**
176 Providenciar meios para o repasse (responsáveis: Tesouraria, CPL e Setor financeiro) e
177 orientações quanto a prestação de contas. Outro debate realizado se refere ao abono pago
178 às(aos) trabalhadoras(es): Os trabalhadores informaram no GT Trabalho da cláusula do
179 acordo coletivo de trabalho, que prevê pagamento de abono em caso de superávit do Cfess.
180 Foi apresentada uma série histórica desse valor pago há 14 anos e que desde 2015 vem sendo
181 pago no valor de R\$ 1.500,00. Feitas as análises jurídicas e contábeis, a Vitor e Vilmar, que o
182 saldo positivo não se configura como *superávit* haja vista que o Cfess não é empresa e não
183 visa lucro, uma vez que os recursos são decorrentes de tributos. Foi feito amplo debate entre
184 os presentes que deve continuar no sentido de ampliar esse debate, deixando claro que não se
185 trata de opor a defesa dos direitos dos trabalhadores com os de assistente sociais, mas que
186 cabe pensar a questão. Foi deliberado pelo Pleno que será mantido o valor do ano passado e
187 essa pauta será incluída na próxima negociação de ACT. **Encaminhamento:** Providências
188 para efetivar o pagamento do abono (Tesouraria e Financeiro). Foi apreciado o pedido de
189 adicional de incentivo a especialização e escolaridade previsto no acordo coletivo, que foi
190 requisitado pelo trabalhador Lucas que enviou toda a documentação, que foi analisada pela
191 Diretoria Executiva. O pleno aprovou o pleito. **Encaminhamento:** A tesouraria tomará
192 providencias necessárias. Iniciada a **COMISSÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA**. O

193 ponto de pauta seguinte tratou da necessidade de iniciar o planejamento do Congresso
194 Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que está previsto para o ano de 2022. O Pleno
195 deliberou pela instituição de um GT que será composto por Ruth, Lylia e assessora Cristina.
196 **Encaminhamento:** O GT iniciará o debate para planejar o evento (responsáveis: Ruth, Lylia
197 e Cristina). **CONSELHO FISCAL** apresentou os seguintes pareceres: **i.** Parecer do Conselho
198 Fiscal nº 14/2020, que teve como referência de análise as informações da plataforma digital
199 de contas e auditoria (sistema Implanta), relatórios da assessoria contábil, quanto as propostas
200 orçamentárias dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress) para exercício de 2020,
201 enviadas à este conselho entre 10/11/2020 e 11/12/2020. Manifestou-se favorável à aprovação
202 das propostas orçamentárias dos regionais: Cress 1^a PA, Cress 2^a MA, Cress 3^a CE, Cress 4^a
203 PE, Cress 5^a BA, Cress 8^a DF, Cress 10^a RS, Cress 13^a PB, Cress 14^a RN, Cress AM 15^a AM,
204 Cress 16^a AL, Cress 18^a SE, Cress 22^a PI, Cress 26^a AC, Cress 27^a RR, todas as propostas
205 orçamentárias foram aprovadas pelo Pleno; **ii.** Apresentado Parecer do Conselho Fiscal nº
206 17/2020, sobre o balancete Cfess, referente ao mês de Novembro, a partir de análise de
207 informações financeiras e documentos disponíveis em plataforma digital (sistema implanta), o
208 relatório da assessoria contábil manifesta-se a favor da aprovação das contas apresentadas no
209 relatório. O Conselho Pleno aprovou o balancete do Cfess mês de novembro; **iii.** Parecer do
210 Conselho Fiscal nº 18/2020, dos balancetes trimestrais dos Cress, referente ao ano de 2020,
211 encaminhados ao Cfess entre 11/11/2020 e 11/12/2020 tendo como referência os relatórios
212 contábeis da Assessoria contábil e manifesta-se sobre a regularidade dos documentos
213 apresentados pelos Cress: Cress 8^a DF, Cress 17^a ES, Cress 18^a SE, Cress 24^a AP, Cress 25^a
214 TO. Aprovados pelo Pleno os balancetes trimestrais dos regionais: Cress 8^a DF, Cress 17^a ES,
215 Cress 18^a SE, Cress 24^a AP, Cress 25^a TO; **iv.** Também foram avaliados os balancetes do
216 segundo trimestre referente ao ano de 2020 dos regionais: Cress 1^a- PA, Cress 3^a CE, Cress 8^a
217 DF, Cress 9^a SP, Cress 16^a AL, Cress 17^a ES, Cress 18^a SE, Cress 19^a GO, Cress 21^a MS,
218 Cress 22^a PI, Cress 24^a AP, Cress 25^a TO, Cress 26^a AC. O Pleno acatou o parecer favorável
219 do Conselho Fiscal dos balancetes do segundo trimestre dos regionais citados; **v.** O conselho
220 fiscal apreciou os balancetes do terceiro trimestre dos regionais: Cress 2^a MA; Cress 3^a CE;
221 Cress 5^a BA; Cress 8^a DF; Cress 12^a SC; Cress 16^a AL; Cress 20^a MT; Cress 21^a MS; Cress
222 22^a PI; Cress 24^o AP; Cress 25^a TO; Cress 26^o AC. Todos foram aprovados mediante a
223 manifestação do Pleno; **vi.** Na sequencia, o Conselho Fiscal do Cfess, após análise que
224 considerou os relatórios da assessoria contábil do Cfess, manifestou-se favorável à aprovação

225 dos pedidos de reformulação da proposta orçamentária para exercício de 2020, dos seguintes
226 Conselhos Regionais de Serviço Social - Cress: Cress 11º PR 1º Reformulação e Cress 26º
227 AC 1º Reformulação, que foram acatadas pelo Conselho Pleno; **vii.** Por fim, o Conselho
228 Fiscal do Cfess, por meio do Parecer nº 17/2020, após análise de informações financeiras e
229 documentos disponíveis em plataforma digital (sistema implanta) e do balancete Cfess
230 referente ao mês de Novembro (Relatório Contábil Cfess nº 11/2020) do corrente ano, receita
231 – despesa; Superávit patrimonial; Gasto com pessoal, Comportamento da receita comparativa
232 2019, 2018; Distribuição da receita patrimonial DIP, outras receitas correntes e receita de
233 capital; Comparativo da receita da cota parte dos Cress, manifestou-se a favor da aprovação
234 das contas apresentadas no referido relatório, emitido pela assessoria contábil deste conselho.
235 Foi registrado pelo Conselho Fiscal que fez busca ativa de Regionais que possuem pendência
236 de balancetes que estão sendo orientados para regularizar a situação. **Encaminhamento:** A
237 Comissão Adm-Fin e Conselho Fiscal organizarão reuniões de orientação com Regionais que
238 possuem pendências acumuladas. Logo após, foi apresentado pela CPAD o Manual de Gestão
239 Documental do Cfess, com descrição recebimento de documentos, arquivamento, acesso a
240 documentos dentre outros, sistemas de gestão documental, objetivo do manual, procedimentos
241 da gestão documental, atividades de protocolo, recebimento, classificação e registro, quanto
242 aos documentos não digitais, quanto aos documentos digitais, conversão de documentos não
243 digitais em digitais e vice-versa, distribuição, controle da tramitação, expedição, exigência,
244 autuação de processos, atividades de arquivo, das responsabilidades, glossário. Esse manual
245 tem caráter orientativo e possui orientações voltadas para documentos públicos, no entanto,
246 possui orientação ao manuseio e arquivamento dos documentos sigilosos, na forma da lei de
247 classificação. O Manual de Gestão Documental do Cfess foi aprovado pelo Pleno.
248 **Encaminhamento:** Enviar para todas as conselheiras/o e trabalhadores e quem tiver
249 sugestões encaminhar (CPAD). Prosseguindo, foi apresentada a Pesquisa do perfil
250 profissional e o andamento do trabalho da empresa de estatística com os dados, sendo dito que
251 tão logo se obtenham os resultados será socializado com todas/o. Também foi partilhada a
252 proposta de agenda para conversar com as professoras que farão análise dos dados com o
253 propósito de alinhar acerca do que foi inicialmente o projeto e as possibilidades que se
254 configuram no atual cenário. **Encaminhamento:** Agendar reunião intercomissões (Cofi,
255 Adm-Fin e Formação), para definir os próximos passos e com a professora para alinhar as
256 expectativas (responsável: GT Pesquisa). A Comissão Permanente da Transparência do Cfess
257 fez a apresentação do trabalho realizado até o momento, cujo propósito é a padronização e

258 aprimoramento das iniciativas de transparência do conjunto Cfess-Cress, que se constitui uma
259 deliberação do Conjunto. Essa Comissão é composta por Sandra, Rafael, Wilson, Wescley,
260 Vitor, Adriane, Dilma, e Alessandra. Assim, foi feita o uma síntese expositiva do trabalho que
261 foi iniciado em 17/07/2020 e o já realizado até o momento, através de reuniões regulares.
262 Desse modo, foram realizados: levantamento de demandas, sistematização do fluxo interno de
263 trabalho, reunião com a empresa Implanta, formação de um GT (Rafael, Wilson e Wescley)
264 para oficial/solicitar à Implanta as adequações no Portal da Transparência do Cfess, feita
265 análise das informações contidas no Portal Transparência do Cfess e o indicativo de
266 adequações dos conteúdos e do layout do Portal da Transparência. Foi recuperado que os
267 recursos do Fundo de Apoio referente ao Projeto Aquisição do sistema para gestão do Portal
268 da Transparência foram repassados aos Cress no dia 20/4/2020. **Encaminhamentos:** i.
269 Solicitar aos Cress, a prestação de contas quanto a aquisição do sistema para gestão do Portal
270 Transparência, (comprovantes de pagamento à Implanta) e sobre a devida execução do site; ii.
271 Solicitar a análise da prestação de contas apresentada pelo Cfess ao Fundo de Apoio
272 (Comissão Transparência). Logo após, a **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL**
273 apresentou os encaminhamentos feitos no âmbito da Comissão para o mês corrente: 1) Foi
274 falado do convite e pedido de indicação do Ministério da Saúde para duas representações do
275 Cfess titular e suplente no GT sobre residências em genética e aconselhamento genético. Esta
276 representação terá que participar da primeira reunião do grupo agendada para o dia
277 17/12/2020. A Comissão indicou de duas profissões que serão verificadas as disponibilidades
278 e essa proposição foi acatado pelo Pleno. **Encaminhamento:** Dialogar com Letícia Batista, e
279 Luciana (responsável: Elaine); 2) Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente
280 (Conanda): Foi trazido informes da XI Conferência Nacional de Direitos da Criança e do
281 Adolescente (CNDCA) que teve como tema “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento
282 das Violências”, ocorrida em formato virtual, de 26/11 a 10/12/2020. Organizada em 5 eixos:
283 Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social; Eixo II:
284 Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes; Eixo III:
285 Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes; Eixo IV:
286 Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes; e Eixo V:
287 Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Criança e Adolescentes; 3)
288 Eleições CONANDA: A Sociedade Civil organizada encaminhou nova consulta ao Superior
289 Tribunal Federal (STF) e aguarda manifestação do Ministro Barroso, relator da consulta, pois

290 o Governo, por meio da SNDCA/MMFDH, não publicou no Diário Oficial da União (DOU) a
291 decisão de plenário do Conanda que aprovou edital de eleições da sociedade civil para o
292 próximo mandato. Isso decorre de conflito de entendimento sobre a composição do Conselho
293 e regramentos sobre mandatos, por exemplo. Atualmente o Conanda, desde a sua tentativa de
294 extinção pelo presidente da República, está funcionando ainda com medida liminar sem
295 julgamento do mérito e o segmento governamental discorda dos termos que o edital foi
296 aprovado, que remonta ao funcionamento e composição 'original' antes da tentativa de
297 extinção. Portanto, hoje, há total indefinição e instabilidade em relação à eleição e ao
298 funcionamento. **Encaminhamento:** i. Aprofundar o debate sobre representação externa; ii.
299 Trazer novamente as discussões no pleno de fevereiro; iii. Se houver processo eleitoral
300 garantir a inscrição do Cfess como eleitor e discutir por email (responsável: Elaine); 4) Lei da
301 Educação: Foi informado ao Pleno que têm sido realizadas diversas atividades/reuniões a
302 respeito da regulamentação da Lei da Educação e do Fundo de Manutenção e
303 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
304 (FUNDEB). O Cfess buscou construir nota conjunta com Conselho Federal de Psicologia
305 sobre FUNDEB e defesa da educação, no entanto, houve divergências quanto ao
306 direcionamento político desse posicionamento. A conselheira Kenia tem participado em
307 diálogos sobre isso e recuperou que no dia 10/12/2020, o texto do FUNDEB foi aprovado na
308 Câmara dos Deputados e que evidencia as disputas e tensões em torno dos recursos, sendo
309 certo que o Cfess tem defendido não disputar direitos e recursos entre trabalhadores e rebater
310 discursos que apontam para isso, bem como tem posicionado criticamente em relação ao uso
311 de recursos por parte de entidades privadas; 5) Também foi informado que no dia 02/12
312 ocorreu *Webinário* "Psicologia e Serviço Social na educação básica: a necessária
313 regulamentação da Lei. 13.935/2019", esse evento ratifica a demanda pela regulamentação da
314 Lei e fazer valer a presença da Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação
315 básica. Participaram Elaine e Zenite. Além desse evento, foram faladas de outras agendas de
316 reuniões e eventos em que o Cfess esteve representado por algumas das conselheiras/o da
317 Comissão de Seguridade. Na sequência, a **COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E**
318 **FISCALIZAÇÃO** apresentou os pontos. 1) Projeto Genoma: Foi dito que o Cfess e os Cress
319 não possuem acúmulo acerca do debate desse projeto e o exercício profissional de assistentes
320 sociais. Que as pesquisas na área suscitaram a importância da prevenção da discriminação
321 genética, expressão usada para descrever a estigmatização em ambientes como o escolar e do
322 trabalho, associados ao preconceito e ainda cabe aprofundamento reflexivo sobre os perigos

323 existentes no uso da manipulação do genoma humano sem o devido respeito a princípios
324 éticos e aos direitos humanos. Tal reflexão deve dialogar com os valores éticos de empenho
325 na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à
326 participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças em
327 contraposição ao ideário do determinismo e reducionismo genético que legitima práticas
328 violadoras dos direitos humanos; 2) Comissão de Educação - Diploma: Debate sobre a
329 adequação dos Conselhos ao cumprimento da Portaria 554/2019 que institui o Diploma
330 Digital, projeto iniciado pelo Governo Federal em 2018 e que visa agilizar a emissão do
331 documento que comprova a conclusão de curso de graduação. Questão suscitada: pensar se se
332 seria necessária adequação da Resolução CFESS 582/2010 referente aos documentos
333 necessários para a inscrição quanto a exigência de original e cópia do Diploma; 3) Comissão
334 de Acompanhamento parlamentar: Quanto a consulta pública sobre proposta de consolidação
335 dos decretos que regulamentam o exercício de profissões e conselhos profissionais, foi
336 explicado que se trata de uma proposta da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do
337 Ministério da Economia e visa possibilitar que as entidades representativas das diversas
338 profissões e os próprios profissionais envolvidos se manifestem quanto à necessidade de
339 atualização, simplificação e adequação dos normativos. Tal justificativa foi questionada se
340 não haveria um movimento para a desregulamentação de profissões. Já foram levados ao
341 FENTAS informes sobre isso; 4) Solicitação de reunião por parte da Comissão Nacional de
342 Assistentes Sociais – CONASF/FENASPS: Foi informado ao Pleno que foi agendada reunião
343 para dia 15/12/2020, às 18 horas, cujo objetivo é discutir os seguintes temas pertinentes ao
344 exercício profissional no INSS que se refere ao estabelecimento de pontuação/produzividade
345 para as atividades técnicas dos Assistentes Sociais e a realização de testes do Instrumento
346 Único da avaliação da pessoa com deficiência (IFBR-M), por meio da aplicação pelos
347 Assistentes Sociais do INSS. Participarão: Elaine Pelaez, Alessandra Dias, Maria Rocha,
348 Érika Medeiros; 5) Pedido de indicação do TCU de profissional que atua na concessão de
349 BPC: foi informado ao Pleno que a Comissão indicou a conselheira Alessandra e a Comissão
350 Nacional de Assistentes Sociais da Fenasps - CONASF foi realizada por e-mail; 6) Frente
351 Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS): Foram informadas das reuniões realizadas
352 do Colegiado em 02/12/2020 e 16/12/2020. Em pauta, o Seminário Nacional da Frente
353 Nacional contra a Privatização da Saúde que ocorrerá no primeiro semestre de 2021 e a
354 organização da atividade de comemoração dos 10 anos da FNCPS que ocorrerá em

355 11/12/2020, que o Cfess foi convidado para participar da atividade com uma fala breve (cerca
356 de 3 minutos) na *live* dos 10 anos da FNCPS, no dia 11/12, a partir das 19h e a Comissão
357 indicou que a conselheira Elaine Pelaez representará o Cfess; 7) Conselho Nacional de Saúde
358 (CNS): informado ao Pleno que a reunião extraordinária ocorreu dia 11/12/2020 com os
359 seguintes pontos: a) CIRHT com pauta das residências em que o Cfess cobrou o
360 funcionamento da Comissão Nacional de Residências e foi aberta a fala para coordenadores
361 de fóruns que são do movimento de residências que criticaram que o governo vem
362 enfraquecendo as residências multi; b) Comissão de Orçamento e Financiamento (COFIN):
363 com o debate do Relatório Anual de Gestão(RAG); PLOA 2021 e 2º Relatório Quadrimestral
364 de Prestação de Contas (RQPC), em que os gestores tensionaram pela aprovação. Com isso, a
365 Cofin sugeriu: b.1. Recomendação para o 2º RQPC para o CNS aprovar o mérito; b.2.
366 Reprovação PLOA; b.3. O RAG ser analisado e não indicou voto por aprovação ou
367 reprovação. Plenário seguiu as recomendações da COFIN acima e votou pela reprovação do
368 RAG. Debates no Fentas também apontaram nessa direção. Esses debates foram
369 acompanhados por Elaine Pelaez através da Mesa Diretora e da participação nesta reunião e
370 por Ruth Bittencourt como representante na Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e
371 Trabalho CIRHT e na COFIN; 8) Campanha “O Brasil precisa do SUS”: O objetivo dessa
372 campanha é mobilizar a sociedade para a importância da defesa do SUS e dos riscos que ele
373 está correndo. Uma das ações é pressionar o Congresso Nacional pela manutenção do piso
374 emergencial da Saúde em 2021. Sendo dito que a Plenária Virtual de Mobilização para a
375 campanha foi realizado em 07/12/2020, segunda-feira, 17 horas, cujo lançamento oficial
376 virtual está indicado para a data de 15/12/2020, terça-feira, 14 horas. 9) Nota Pública: foram
377 trazidos informes sobre o posicionamento do CNS que defendeu a Política Nacional de Saúde
378 Mental desinstitucionalizadora, antimanicomial e com participação social. Sendo citadas
379 participações em eventos diversos como o ato pela Democracia, pelo Cuidado em Liberdade e
380 pela Defesa dos Direitos Humanos em articulação CNS e CNDH. No dia 10/12/2020 às 17
381 horas; ações sobre os efeitos da pandemia nas políticas para pessoas que convivem com
382 HIV/AIDS; o CNS debateu racismo, desigualdades e repercussões nos sofrimentos psíquicos
383 da população negra, além de diversas atividades da luta contra o racismo; ações em torno de
384 questão da vacinação, defesa da política de saúde mental pautada na reforma psiquiátrica e
385 luta antimanicomial; 10) **FENTAS**: a Plenária virtual do Fentas foi realizada dia 09/12/2020,
386 às 19h, com pautas relativas a residências multiprofissionais; RAG 2019; acesso as vacinas;
387 política nacional saúde mental. Participaram Elaine Pelaez e Ruth Bittencourt; 11) Convites e

388 pedidos de informação do Ministério da Saúde: 11.1 Cerimônia presencial de lançamento do
389 Programa Saúde com Agente, estratégia que inclui a formação técnica dos Agentes
390 /Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias no SUS – 08/12/2020 – indicamos
391 impossibilidade de participação; 11.2 Simpósio Internacional de Gestão do Trabalho em
392 Saúde – 03 e 04/12/2020 – A conselheira Elaine Pelaez representou o Cfess; 11.3 Solicitação
393 de informações sobre os registros dos filiados dos Conselhos Federais da área de saúde para
394 atualização dos denominadores do grupo de Trabalhadores de Saúde para as Campanhas de
395 Vacinação, encaminhada pelo MS mês passado. A coordenação de programas de imunizações
396 propõe o prazo de 11 de dezembro para envio da informação. A conselheira Kelly e
397 assessoras acompanham a demanda, buscando informações junto à implanta; 12) Política
398 Nacional de Saúde Mental: Informe sobre as notícias recentes em torno da saúde mental:
399 documento apresentado em reunião do CONASS que "vazou" com propostas de mudanças na
400 política; veiculação de intenção de "revogação" de portarias e legislações na linha de ataque a
401 reforma psiquiátrica e luta antimanicomial, que circulam desde 03/12. Até o momento não
402 tem mudança de fato na política de saúde mental. Há propostas e ataques e Elaine fala que se
403 posicionar sobre isso contribui nas pressões sociais para que os ataques sejam freados,
404 adiados ou não concretizados, bem como possibilita que a sociedade seja representada no
405 nosso posicionamento. Como decorrência, o Cfess lançou em 04/12 uma nota pública e vem
406 construindo posições coletivas na CISM e MD/CNS; dialogando na FNCPS e FENTAS;
407 participou/participará de reuniões e manifestos no âmbito da Frente Parlamentar em defesa da
408 Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Com isso, foram citados vários eventos e
409 articulações que o Cfess tem participado com o intuito de incidir nessa pauta. Foi retomado
410 um ponto pendente da **COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO** que se refere a agenda 2021,
411 cujo tema é “Duas décadas do Projeto Ética em Movimento”, para isso tem sido utilizada
412 leitura e referências gráficas, produções sobre o projeto e sobre a temática, sendo informado
413 que a Lúcia Barroco foi convidada para contribuir com a agenda, a demanda era que
414 realizasse um resgate histórico do projeto. Foi falado também do conceito da capa e das
415 divisórias, bem como será realizada homenagem a Marylucia Mesquita, em que haverá
416 predominância da cor lilás e referenciada na obra do Artur Bispo do Rosário, que começa de
417 uma muda até ter ramos espalhados pela agenda que dialoga com os textos. O Pleno aprovou
418 o projeto com indicações de algumas adequações. **Encaminhamento**: i. Fazer os ajustes
419 sugeridos; ii. Planejar pautar esse debate a partir da Comissão de Comunicação; iii. Elaborar

420 matéria no site sobre a agenda; iv. Realizar devolutiva para os Cress com ofício previsão de
421 envio da agenda pela gráfica com algumas imagens para os regionais conhecerem o projeto
422 gráfico (responsáveis: Comissão de Comunicação). A reunião foi encerrada. Na manhã do
423 domingo, o Pleno foi iniciado com a **COMISSÃO DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS**,
424 que iniciou com o ponto com as definições para a realização de julgamentos de recursos
425 éticos. 1) Recurso 11/2014: agendado às 10h do dia 18/12/2020. Por problema de saúde, a
426 conselheira relatora Lylia Rojas estará impedida de participar da sessão de julgamento. A
427 assessora jurídica, Sylvia Terra, informa que o relatório já está elaborado e, portanto, a leitura
428 deste poderá em feita por outra conselheira, mantendo-se nomeada a conselheira Lylia como
429 relatora. A conselheira Elaine Pelaez se disponibiliza para essa tarefa. O Pleno aprovou e o
430 julgamento permaneceu na data agendada. Quórum: Beth, Elaine, Maria, Francieli, Emilly,
431 Carla; 2) Recurso Ético 01/20: agendado para às 15h do dia 18/12/2020, permanece sem
432 alterações, tendo quórum composto pelas conselheiras: Maria, Elaine, Francieli, Ruth, Emilly,
433 Carla; 3) Recurso 04/2020: agendado para às 10h do dia 26/2/2021, origem Cress1^a
434 Região/PA, cuja relatora é Mauricleia Santos sendo o quórum formado por Beth, Mauricleia,
435 Emilly, Elaine, Daniela e Kelly; 4) Recurso 05/2020: agendado para às 15h do dia 26/2/2021,
436 origem Cress 21^a Região/MS, cuja relatora é Ruth Bittencourt sendo o quórum formado por
437 Maria, Ruth, Elaine, Daniela, Kelly e Mauricleia. **Encaminhamento:** Fazer convocações das
438 partes para os julgamentos de 26/2/2021 (responsáveis: Kelly, Sylvia e Ester). O ponto
439 seguinte se referiu ao Ofício 427/2020 enviado pelo Cress PR referente a demanda
440 relacionada à Prefeitura de Toledo e Parecer Jurídico 56/20, cujo processo iniciou na gestão
441 passada, a partir de provocação da equipe de assistentes sociais do Suas no município de
442 Toledo/PR, que questionavam a Ordem de Serviço n. 2/2018, que previa o atendimento
443 integral pela equipe do Suas, às demandas oriundas do poder judiciário, nos prazos
444 estabelecidos por aquela instância. Foi recuperado o histórico da atuação do Cfess em que a
445 representação teve como fundamento o Parecer Jurídico 21/2019, de Sylvia Terra. Em
446 resposta, a prefeitura de Toledo acatou os pedidos feitas pelo Cfess na Representação,
447 revogou a Ordem de Serviço 2/2018 e expediu nova Ordem de Serviço 3/2019, a qual
448 determina que as demandas advindas do judiciário e do ministério público devem ser
449 atendidas nos prazos estabelecidos internamente, admitindo também que, nos casos de
450 impossibilidade de atendimento à demanda, as equipes deverão justificar formalmente. Foi
451 apresentado o Parecer Jurídico 56/20 que apresenta a análise das providências adotadas pelo
452 Prefeito do Município de Toledo/PR, em relação notificação extrajudicial, expedida pelo

453 CFESS para a anulação/revogação da ordem de serviço nº 02/19, expedida em 01 de março de
454 2019, cuja origem é o Cress 11ª Região. O Pleno aprovou o parecer. **Encaminhamentos:** i.
455 Encaminhar ao Cress-PR e para a equipe de AS da prefeitura de Toledo, juntamente com
456 Ofício, respondendo ao Ofício 427/2020 do Crss-PR; ii. Caso haja desdobramentos sobre a
457 questão, será acompanhado pela Cofi/ Cress, tendo em vista que envolve o exercício
458 profissional de assistente social (responsáveis: Kelly e Cristina). Foi informada a realização
459 do Seminário Nacional das Comissões Permanentes de Ética do Conjunto Cfess/Cress (CPEs)
460 que foi avaliado como um momento de grande importância pelas reflexões que suscitou e
461 pelas informações e orientações que foram socializadas com cerca de 80 participantes, que
462 avaliaram o evento como muito positivo e que atendeu ao objetivo proposto. Também foi dito
463 que foram apresentadas sugestões de aperfeiçoamentos e adequações para o processo de
464 trabalho das CPEs, que serão analisadas pela CEDH. O ponto seguinte foi a representação
465 junto à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) sobre a revogação de
466 programas de saúde mental, em que foi dado o informe sobre a assinatura do Cfess em
467 representação encabeçada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim)
468 juntamente com a OAB e outras entidades, a ser encaminhada à Procuradoria Federal dos
469 Direitos do Cidadão (PFDC) em relação ao desmonte da Política de Saúde Mental. A
470 Representação esta subscrita por 120 entidades, incluindo o Cfess, resumidamente solicita:
471 instauração de Inquérito Civil; requisição de informações ao MS sobre as Portarias e Atos
472 Normativos que estão sob a perspectiva de revogação e/ou alteração; recomendação ao
473 Governo Federal para suspender qualquer alteração que venha a causar potencial dano à
474 irreversibilidade do dano que seria provocado à saúde pública; e ainda, a realização de
475 audiência pública para discussão da proposta de reforma da saúde mental, em curso.
476 Encerrado esse assunto, foi iniciada a **COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E**
477 **FISCALIZAÇÃO**, que trouxe a demanda relativa ao INSS em que foi trazido informe da
478 reunião com CNJ, realizada em 7/12/2020, de forma virtual, que contou com a presença da
479 conselheira Maria Rocha e as assessoras especiais e a jurídica, respectivamente, Cristina,
480 Zenite e Érika. Assim, a discussão central girou em torno da nota emitida pelo Cfess em
481 relação à Resolução CNJ nº 317/ 2020, posição esta que problematiza a realização de perícia
482 socioeconômica de forma remota em processos judiciais, durante a pandemia para acesso a
483 benefícios do INSS, especialmente o BPC. Participaram pelo CNJ 3 conselheiras e 1 juíza
484 auxiliar da presidência do CNJ. As representantes do Cfess reafirmaram sua posição em

485 relação as questões que envolvem a realização de avaliações de forma remota e as
486 implicações do ponto de vista ético, do sigilo, da segurança das informações a serem obtidas
487 para uma conclusão segura e ainda a dificuldade de acesso de grande parte da população aos
488 meios remotos. Indicou-se também que o represamento das ações não é um fato novo, que
489 vem ocorrendo nos últimos anos por diversos fatores, que incluem, sobretudo, a necessidade
490 de recomposição do quadro de pessoal do INSS e os impactos da EC “Teto dos gastos” na
491 efetivação das políticas públicas. Ao final ficou acordado que o CNJ encaminhará
492 formalmente as questões que dizem respeito à realização das avaliações socioeconômicas de
493 forma remota e o Cfess se manifestará. No debate ficou evidenciado a necessidade de
494 ampliarmos a discussão sobre as diversas formas de como a/o assistente social expressa a sua
495 opinião técnica, suas características e finalidades, enfocando a diferenciação entre concessão
496 administrativa de benefício e processos. **Encaminhamentos:** i. Aguardar o ofício do CNJ
497 para responder as indagações; ii. Recuperar o debate sobre a proposta da Plenária (Cofi) sobre
498 a produção de orientações técnicas; iii. Interlocação entre as comissões – Cofi, CEDH,
499 Seguridade, porém antes discutir com todo o colegiado, podendo contar com a contribuição de
500 profissionais e/ou docentes/ pesquisadores do SS atuam nos espaços ocupacionais onde se
501 utilizam desses instrumentais técnicos, assim como os que pesquisam e/ou estudam a
502 temática; e iv. Articular politicamente com a Fenasps em relação ao que envolve o trabalho no
503 INSS, assim como com a PFDC (responsáveis: Lylia, Alessandra, Elaine, Maria, Zenite,
504 Cristina). Foi trazido informe quanto a demanda quanto a normativa do Cfess em relação a
505 vedação de práticas terapêuticas. **Encaminhamento:** Responder a consulta com baseada na
506 Resolução 569/2010 (responsável: Cristina). Por fim, foi trazido o ponto do Termo de
507 Cooperação Técnica com o Ministério Público do Trabalho (MPT), sendo recuperado que
508 esse assunto foi tratado no Pleno de novembro último, quando as assessoras Cristina Abreu e
509 Érika Medeiros relataram a reunião ocorrida em 12/11 com procuradores do Ministério
510 Público do Trabalho (MPT) que tratou da renovação de Acordo de Cooperação Técnica,
511 visando combater irregularidades em estágios de estudantes. A proposta de continuidade da
512 cooperação entre os órgãos na constatação de irregularidades em estágios que firmam as
513 legislações. Foi encaminhado para o Cfess o teor do acordo para seja avaliado seu conteúdo e
514 acrescente o que entender necessário. No debate foram levantadas questões relativas à
515 finalidade desse acordo, tendo como referência as atribuições do Cfess. Foi explicitado pelas
516 assessoras que a ideia é promover um fluxo de informações entre os órgãos no sentido da
517 cooperação; que não haverá inclusão de outros procedimentos, além daqueles já realizados

518 nos processos de fiscalização pelos Cress, que já inclui informações sobre estágio.
519 **Encaminhamentos:** i. Envio do acordo de cooperação para todas conselheiras/o se
520 apropriarem melhor do objeto; ii. Discussão do inteiro teor nas comissões Cofi e Formação;
521 iii. Realização dos ajustes necessários nos termos do acordo; iv. Reanálise no Pleno de
522 fevereiro (responsáveis: Érika/ Cristina). Na sequencia, foi realizada apreciação da Ata da
523 234ª Reunião do Conselho Pleno, realizada em 27 e 28 de novembro, que foi aprovada pelo
524 colegiado. **Encaminhamento:** Publicar na página do Cfess (Sandra e Comissão de
525 Comunicação). Com isso, foi indicado o término da reunião do Conselho Pleno pela
526 conselheira presidente Maria Elizabeth Santana Borges por não haver mais o que se tratar, com
527 isso, deu a mesma por encerrada às doze horas e dezoito minutos (12h18min) com
528 agradecimentos a participação e pela qualidade dos debates realizados. Nada mais havendo a
529 tratar, na condição de Secretária, eu, Dácia Cristina Teles Costa, lavrei a presente ata, que
530 assino em conjunto com a Presidenta do Conselho.

531
532
533
534

Brasília, 13 de dezembro de 2020.

Maria Elizabeth Santana Borges
Presidente

Dácia Cristina Teles Costa
1ª Secretária